

Reforma política

Raul Pilla

VOLVE o grande matutino à tese, sem dúvida verdadeira, que essencialmente política é a crise que perturba o País. E esclarece:

«O que faz com que a presente crise mereça o qualificativo de política é a circunstância de estar o Brasil entregue hoje a um govêrno e, em particular, a um presidente da República que, a despeito de tôdas as oportunidades que lhe foram concedidas, não soube se utilizar de seu poder para forjar os instrumentos de ação política, indispensáveis à organização do trabalho e ao desenvolvimento da riqueza nacional».

Conclui, pouco abaixo, o articulista do «Correio da Manhã»:

«A reforma política, em consequência, isto é, a elevação ao poder de homens imbuídos verdadeiramente da decisão de governar construtivamente o país, é condição preliminar para que se possa atacar, de forma global e racional, os problemas econômicos e sociais, que vêm ameaçando a sobrevivência das instituições livres no Brasil».

Consiste, pois, a reforma política preconizada pelo grande matutino, em substituir por outros os atuais governantes. Dado, porém, que êste acontecimento político se possa justamente conceituar uma reforma, quando poderá ela ocorrer no sistema constitucional vigente? Não obstante a sua dramática urgência, sômente daqui a dois anos e alguns meses. Antes disto, o mais que se poderá fazer é prepará-la e, ainda assim, sem nenhuma certeza de chegar a realizá-la.

Bem se vê, portanto, não ser prôpriamente a reforma política, de que necessitamos. Sem sair do terreno em que se colocou o jornal, precisamos instituir um sistema político que permita despedir os governos inéptos, logo que manifesta se lhes torne a inépcia, para os substituir por outros, que se possam presumir mais capazes. Fôsse parlamentar o sistema vigente, e não chegaria a formular-se o problema político que tanto e tão justificadamente está preocupando o autorizado órgão da opinião nacional.